



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JULIANA SOARES

**LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO E NA FORMAÇÃO DE
IDENTIDADES NO ENSINO BÁSICO DO TIMOR-LESTE**

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

JULIANA SOARES

**LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO E NA FORMAÇÃO DE
IDENTIDADES NO ENSINO BÁSICO DO TIMOR-LESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em Pedagogia

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino

CAMPINA GRANDE-PB
2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S676I Soares, Juliana.
Línguas e literacia no currículo e na formação de identidades no ensino básico do timor-leste [manuscrito] / Juliana Soares. - 2019.
27 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Francisca Pereira Salvino , Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Currículo Nacional de Ensino Básico. 2. Língua nativa.
3. Timor-Leste - Língua. 4. Formação da identidade. I. Título
21. ed. CDD 375

JULIANA SOARES

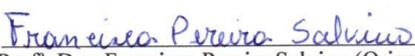
**LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO E NA FORMAÇÃO DE
IDENTIDADES NO ENSINO BÁSICO DO TIMOR-LESTE**

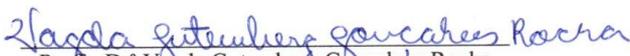
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
coordenação do curso de Licenciatura em
Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba
(UEPB), como requisito parcial à obtenção do
título de licenciado em Pedagogia

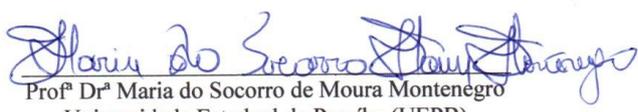
Área de concentração: Educação

Aprovada em: 05/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Francisca Pereira Salvino (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dr.^a Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Moura Montenegro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FORMAÇÃO DE IDENTIDADES, LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO DE TIMOR-LESTE	7
2.1	Formação da identidade	7
2.2	Línguas e literacia	11
3	SITUANDO A PESQUISA.....	14
3.1	Metodologia	14
3.2	Campo empírico	15
3.3	Sujeito de pesquisa	17
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	17
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFÊRENCIAS	23
	ANEXOS	26

LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO E NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES NO ENSINO BÁSICO DO TIMOR-LESTE

LANGUAGES AND LITERACY IN THE CURRICULUM AND TRAINING OF IDENTITIES IN EAST TIMOR BASIC EDUCATION

Juliana Soares¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância das línguas e da literacia para a formação das identidades dos educandos de Timor-Leste, tomando como referência o Currículo Nacional do Ensino Básico, primeiro e segundo Ciclos, e as percepções de profissionais da educação desse nível de ensino. Considera-se que a análise é relevante uma vez que se trata de um país multilíngue, com duas línguas oficiais, Tetúm e Português, e mais uma média de 15 línguas e seus vários dialetos, o que torna o ensino ainda mais complexo, principalmente levando-se em conta que nos municípios muitas pessoas não falam nem Tetúm nem Português. Consiste em um estudo de caso com recurso de questionário, aplicado a um diretor e a quatro professores que lecionam primeiro e segundo ciclos do Ensino Básico, numa escola pública do município de Lautém, que fica localizado na zona leste do país, onde adotam o Tetúm, uma das línguas oficiais, e o Fataluco, um dialeto local, como principais línguas de ensino. A política educacional e curricular leva em conta as variantes linguísticas, considerando tratar-se de um país multilíngue. Assim, o uso da primeira língua dos alunos, também é legitimado como instrumento de acesso efetivo ao conteúdo curricular nas diferentes áreas de conhecimento, quando isto se fizer necessário, ou seja, em comunidades em que os alunos não falem as línguas oficiais. Para o embasamento legal da proposta curricular, utiliza-se documentos nacionais de Timor-Leste, tais como: Constituição da República Democrática de Timor-Leste (C-RDTL); Currículo Nacional do Ensino Básico: Primeiro e Segundo Ciclos; Lei de Base da Educação (LBE); Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE 2011-2030). Conclui-se que a preservação das línguas nativas se caracteriza como processo de resistência aos processos de colonização português e indonésio. Todavia, para além da alfabetização essa política necessita garantir a literacia, ou seja, a apropriação da/s língua/as com alto nível de competência linguística, tanto em termos de oralidade, quanto de escrita e dos seus usos nas diferentes práticas sociais das comunidades. É possível inferir, também, que essa literacia depende do esforço conjunto das autoridades que decidem as políticas educacionais, os profissionais que implementam essas políticas e as comunidades que devem dar suporte a essa implementação. Trata-se de um processo complexo, desafiador, difícil, porém necessário e possível.

Palavras chave: Timor-Leste. Currículo. Línguas. Formação das identidades.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of languages and literacy for the formation of the identities of the students of Timor-Leste, using as reference the National Curriculum of Basic Education, first and second cycles and the perceptions of education professionals of this level

¹ Juliana Soares: Graduada do curso de pedagogia pela universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e-mail: aju.js69@gmail.com

of education. Considers that an analysis is relevant as it deals with a multilingual country, with two official languages, Tetum and Portuguese and an average of 15 languages and their various dialects, which makes teaching even more complex, especially given that in the municipalities many people speak neither Tetum nor Portuguese. Consist of a questionnaire case study, applied to a principal and four teachers who teach first and second cycles of elementary school, in a public school in the municipality of Lautém, which is located in the eastern part of the country, where it adopted Tetum one of the official languages, and Fataluco, a local dialect, as the main teaching languages. Educational and curriculum policy takes into account language variants, considering it is a multilingual country. Thus, the use of students' first language is also legitimized as an instrument of effective access to curriculum content in different areas of knowledge, when necessary, ie in communities where students do not speak the official languages. For the legal basis of the curriculum proposal, national documents of Timor-Leste are used, such as: Constitution of the Democratic Republic of Timor-Leste (C-RDTL); National Curriculum of Basic Education: First and Second Cycles; Basic Education Act (LBE); National Strategic Plan for Education (PENE 2011-2030). It is concluded that the preservation of native languages is characterized as a process of resistance to Portuguese and Indonesian colonization processes. However, in addition to literacy, this policy needs to ensure literacy, that is, the appropriation of languages with a high level of linguistic competence, both in terms of orality and writing and their uses in the different social practices of communities. It can also be inferred that this literacy depends on the joint efforts of policy-making authorities, the practitioners who implement these policies, and the communities that must support such implementation. It is a complex, challenging, difficult but necessary and possible process.

Keywords: Timor-Leste. Curriculum. Tongues. Identity formation.

1 INTRODUÇÃO

O currículo exerce um papel relevante na formação de crianças, jovens e adultos, uma vez que ele prescreve o que deve ser legitimado como saberes e procedimentos válidos aos processos de ensino e aprendizagem em diferentes níveis e etapas da educação escolar. Portanto, para se ter uma “boa” qualidade de ensino e aprendizagem, o currículo é um dos aspectos da educação que deve ser questionado e amplamente discutido pelos profissionais, pelas autoridades e pela comunidade em geral. No Timor-Leste, o currículo tem sido uma das grandes preocupações, pois como o país é multilíngue, ao adotar as línguas oficiais no ensino nos ciclos iniciais, que são Tétum e Português, causa uma grande confusão, devido à diversidade de línguas e dialetos existentes no país. Isto afeta o planejamento curricular e cada região ou município, a maioria dos alunos não falam nem Tétum nem Português, mas dialetos como Tétum Terik, Lolei, Raklungu, Dagadá, Marai e outros.

Em vista disso, em 2011, o Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE) para o período de 2011 a 2030, teve como maior preocupação incluir os alunos do primeiro e segundo ciclos, valorizando suas primeiras línguas e ou dialetos em sala de aula. Caso necessário, deve-se trabalhar no âmbito de desenvolver a literacia, uma vez que as crianças chegam à escola para serem alfabetizadas, trazendo diversos conhecimentos de sua cultura local que necessitam ser respeitados mas que também necessitam apropriar-se do código linguístico de forma mais aperfeiçoada.

Para tal, o referido currículo estabelece uma vinculação dos elementos considerados capazes de desenvolver a capacidade de ensino e aprendizagem de forma distinta nos conteúdos, envolvendo o sistema do ensino da Língua e a Literacia através de todos os componentes curriculares (TIMOR-LESTE, 2014). Baseado nesse documento, o currículo busca ampliar os conhecimentos de maneira que as línguas sejam tidas como foco principal a se trabalhar em todos os conteúdos disciplinares, de acordo com o contexto do país e das diferentes comunidades. Conforme a Lei da Base de Educação (TIMOR-LESTE, 2008), Art. 12, é necessário “desenvolver o conhecimento e apreciação sobre os valores a partir das características de identidade, línguas oficiais e nacionais”.

Nessa perspectiva este estudo foi desenvolvido a partir das seguintes questões: Como o currículo do Timor-Leste no primeiro e segundo ciclos do ensino básico aborda a língua e a literacia diante do multilíngue? Como as línguas influenciam na constituição das identidades de professores e estudantes?

Para responder às questões, este trabalho tem como objetivo analisar a importância da das línguas e da literacia para a formação das identidades dos educandos de Timor-Leste, tomando como referência o Currículo Nacional do Ensino Básico, primeiro e segundo Ciclos, e as percepções de profissionais da educação desse nível de ensino. Consiste em um estudo de caso com recurso de questionário e para seu embasamento utilizamos documentos nacionais de Timor-Leste, tais como: Currículo Nacional do Ensino Básico: Primeiro e Segundo Ciclos, Lei de Base da Educação (LBE); Constituição da República Democrática de Timor-Leste (C-RDTL); e o Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE 2011-2030).

A partir das questões e dos objetivos, este artigo está estruturado em três seções. Na primeira abordamos a formação de identidades; as línguas e a literacia no currículo de Timor-Leste; línguas oficiais e nativas no currículo de Timor-Leste. Na segunda apresentamos a metodologia, o campo empírico e os sujeitos da pesquisa. Na terceira apresentamos e analisamos os dados coletados por meio de questionários. Na sequência, apresentamos as considerações finais.

2 FORMAÇÃO DE IDENTIDADES, LÍNGUAS E LITERACIA NO CURRÍCULO DE TIMOR-LESTE

2.1 Formação da Identidade

Conforme o documento Processo Educativo na Educação Pré-Escolar e no primeiro e segundo Ciclos do Ensino Básico de Timor-Leste (2018, p.13), “a escola que se preconiza em todo o mundo deve ter como pilar fundamental um currículo inovador e integrado que espalhe a ideia de um projeto coerente, bem fundamentado em termos sociais, culturais, econômicos e políticos, visando colocar em prática propostas educativas, dinâmicas e inovadoras”.

Essa proposta é desafiante para qualquer país, porém no caso do país em destaque, esse desafio torna-se ainda maior, devido ao uso das línguas em sala de aula, uma vez que o país é multilíngue e em algumas regiões distantes da capital Díli, os alunos têm dificuldades para aprender as línguas oficiais, que são o Tétum (língua nativa) e o Português. Em vários municípios e regiões, mesmo em sala de aula, eles apenas se comunicam por meio de suas línguas nativas ou dialetos. Devido a essa diversidade linguística existente no país, ocorre uma grande confusão no currículo, tanto com relação à definição da política educacional, quanto na prática. Por um lado, o Decreto-Lei nº 4, de 14 de janeiro de 2015 defende o uso da primeira língua do aluno, reconhecendo-a como instrumento de ensino e acesso ao conhecimento, quando necessário. Por outro lado, o Decreto-Lei nº 4, de 14 de março de 2018, apenas deu importância ao Tétum e ao Português, estabelecendo esta última como principal língua objeto de literacia.

No nosso entendimento, essa questão está bastante relacionada à formação das identidades de professores e alunos, sendo este um tema que permeia as diferentes discussões sobre a contemporaneidade, quando as nações e as sociedades tendem a reconhecer a existência de múltiplas identidades, múltiplos modos de ser e de estar no mundo, bem como de constituir e representar essas identidades. Nesses processos, as línguas são fundamentais, pois é por meio delas que as pessoas se comunicam, formam suas subjetividades, reconhecem-se como parte de um ou vários grupos sociais, tais como políticos, culturais, profissionais, religiosos, de trabalho e outros.

Por muito tempo a noção de identidade esteve fortemente associada a espaço/território de habitação, de modo que as pessoas são adjetivadas gentilmente, até a atualidade, em função dos seus locais de nascimento e ou residência, nacionalização e ou naturalização. Assim, falamos em timorenses para nos referirmos aos habitantes de Timor, a brasileiros para os do Brasil, a franceses para os da França e, assim, sucessivamente. Na contemporaneidade, todavia, a noção de identidade tende a ser abalada, devido a diversos fatores, dentre os quais o processo de globalização que intensifica os fluxos e contatos entre diferentes povos, ou seja, há uma tendência da economia, da política e da cultura dos países a serem influenciados por diversos povos e de interconectarem-se perdendo, em parte, suas características locais e incorporando características uns dos outros. Com o avanço das tecnologias de informação, da comunicação e dos transportes os fluxos de pessoas, mercadorias, dinheiro e informações se alteraram, deixando de ser apenas nacionais e locais. Isto ocorre porque essas tecnologias aproximam os locais, as pessoas, as culturas pela maior facilidade e rapidez de deslocamento, de comunicação e de interação, e de troco cultural.

Além desses fatores, tem-se as lutas e movimentos sociais de grupo em defesa de reconhecimento e direitos associados a diferenças étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião que nas últimas décadas têm ganhado força em diversas partes do mundo. Para Stuart Hall (2004, p. 8), as identidades são uma dimensão cultural constituída por

“aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”.

Nesse processo de constituição das identidades, as dimensões local e global tendem a se fundir e a se hibridizarem. Nele as línguas têm uma função primordial, uma vez que são elementos de comunicação e expressão de pensamentos, ideias, valores, crenças que marcam as identidades com suas semelhanças e diferenças, aproximações e distanciamentos. Segundo Almeida (2013, p, 14), “a língua é produzida socialmente e sua produção e reprodução é de fato cotidiana, localizada no tempo e no espaço da vida dos homens: uma questão dentro da vida e da morte, do prazer e do sofrer”.

As línguas são sistemas complexos de códigos e regras construídos socialmente, sendo mais rígidos e duradouros, como a Língua Tétum, a portuguesa, a inglesa, alemã e outras, enquanto as linguagens são mais dinâmicas, flexíveis e mutáveis. Assim, pode-se falar em linguagens corporais, artísticas, orais, escritas, imagéticas. Ambas se utilizam de símbolos e expressões, mas de formas diferenciadas e com diferentes recursos. Por exemplo, cada letra do alfabeto é um símbolo, que constitui o código linguístico pelo qual as pessoas falam e escrevem, ou seja, se comunicam. Mas, essas formas de comunicação (fala e escrita) e expressão não são as únicas. As imagens, os gestuais, as danças, as músicas também servem à comunicação entre grupos e povos, bem como à expressão de suas ideias, crenças, conhecimentos, valores. Todavia as línguas cumprem o papel primordial no processo de ensino e aprendizagem.

Em toda a história da humanidade essas formas de comunicação e expressão passaram por modificações em função de processos migratórios, civilizatórios e de dominação, mas que se intensificaram, especialmente, a partir do século XVI e dos processos de colonização dos povos habitantes das Américas e da África. Normalmente, as línguas dos colonizadores prevalecem sobre as línguas dos colonizados, ocasionando a extinção de umas e a apropriação de outras. Nesses processos, muitas línguas e outras formas de comunicação desapareceram e muitas resistiram com muitos sacrifícios. Analisando essa questão em Timor-Leste, vemos que a Língua Tétum e a Língua Portuguesa são as duas línguas oficiais do país, como se refere o Artigo 13 da Constituição. O Tétum é uma das línguas nativas que resistiram à colonização. Além dela, existem pelo menos, mais quinze outras línguas nativas que resistem, tais como o Mambae, Macassae, Baiqueno, Fataluco e outras. Essas diferentes línguas ainda apresentam vários dialetos, ou seja, Timor-Leste é um país multilíngue e cada língua está associada a uma cultura e às identidades diversas constituídas por ela.

O documento *Kurríkulu Nasionál Ensinu Báziku Siklu Dahuluk no Daruak*² (TIMOR-LESTE, 2014) estabelece o processo de aprendizagem integrado, que deve desenvolver as habilidades da língua e da literacia, orientando a utilização de diferentes línguas e ou dialetos no ensino de todos os componentes curriculares. Portanto, o currículo estabelece a preservação dos diferentes códigos linguísticos porque eles estão intrinsecamente ligados às culturas locais. Todavia, em documento mais recente, Decreto-Lei nº 04/2018³, o governo destacou mudança nessa determinação pela via de recomendações que se deram no 3º Congresso Nacional da Educação (CNE), realizado em maio de 2017 na cidade de Díli no Timor-Leste. Esse Congresso foi baseado no lema “A educação é o pilar da consolidação da identidade e do desenvolvimento da Nação”. Nesse evento, o assunto relevante foi a questão

² Título escrito em Tétum, que significa Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo Ciclos.

³ O Presidente da República Democrática de Timor-Leste (RDTL) promulgou os Decretos-Leis nº 03/2018 e nº 04/2018, ambos de 14 de março, que procederam à primeira alteração no Currículo Nacional de Base do Ensino Pré-Escolar (EPE) e do primeiro e segundo Ciclo do Ensino Básico (CEB), prevendo a alteração dos planos curriculares da EPE e dos Primeiro e Segundo CEB, bem como a sua implementação baseada a partir do ano escolar de 2019, com especial destaque para a promoção da educação e a consolidação das Línguas Oficiais (TIMOR-LESTE, 2018).

do currículo, uma vez que as advertências foram mais para a reforma curricular. No âmbito deste congresso ocorreram as discussões dos seguintes assuntos: Clarificação das Línguas Oficiais de Timor-Leste enquanto línguas do sistema educativo; Clarificação das Línguas Nacionais enquanto Património Cultural Nacional; Redistribuição da carga horária disponibilizada para o Desenvolvimento linguístico na literacia do Tétum e do Português no Primeiro e Segundo Ciclos da educação básica.

De acordo com as preocupações levantadas sobre a alteração do currículo nacional, a sociedade civil divulgou um comunicado na página do periódico *La'ó Hamutuk*⁴, afirmando que

Nós entendemos que o currículo em vigor funciona para motivar e realmente valorizar a participação dos alunos e a aprendizagem ativa. Isso é difícil de fazer se os alunos não conseguem entender os seus professores ou até mesmo não conseguem se expressar. Também compreendemos a importância crítica da participação dos pais na escolaridade dos seus filhos e a dificuldade de fazer essa participação acontecer se os pais não entenderem o que os seus filhos estão aprendendo. Foram feitos muitos estudos em vários países, inclusive em Timor-Leste, que apontam para o sucesso da metodologia de progressão linguística (LA'Ó HAMUTUK, 2018).

As inquietudes encontram-se mais ligadas ao Decreto-Lei nº 04/2018, devido à alteração que demonstra uma falta de compreensão mínima sobre o documento. Entretanto, a Rede de Advocacia para a Educação e o Instituto *La'ó Hamutuk*, em 2018, prepararam uma grande petição para se manifestarem contra os políticos por não reconhecerem o grande esforço das comunidades, ou seja, de entidades que participam na construção desta elaboração do currículo que foi implementado a partir de 2015. A mudança também demonstra uma grave inconsistência sobre o método de ensino utilizado com as línguas oficiais, não considerando o contexto e a realidade das crianças timorenses. Diante das preocupações com esta Lei e de vários questionamentos sobre a reforma, a alteração do currículo nacional foi rejeitada, considerando o Art. 98 da Constituição de Timor-Leste, que atribuiu ao Parlamento o direito de rever e de, potencialmente, rejeitar os decretos-leis promulgados pelo Presidente da República.

Com isso, foi decidida pelo parlamento a continuidade de vigência do Decreto-Lei nº 04/2015 no sentido de garantir a sua implementação plena e adequada, devido a este decreto ter ocasionado mudança significativa na formação dos alunos.

Frente ao que estava acontecendo, questiona-se quais as medidas tomadas nesse processo de implementação? Qual é a política linguística que deve ser implementada? Como Timor-Leste engloba um quadro multilíngue? Qual o papel da língua na construção das identidades? Quais as suas consequências para o processo de construção das identidades?

Conforme Gonçalves (2008, p. 196), “a política linguística é um tema delicado, que mexe com duas áreas muito sensíveis: a da identidade e a das emoções”. Isso porque a língua faz parte da cultura de um povo, da constituição e das representações das identidades; da sua adaptação à comunidade em que está inscrito; dos valores, das crenças; dos sentimentos; das

⁴ O *Instituto Timor-Leste ba Analiza no Monitor ba Dezenvolvimentu (La'ó Hamutuk)* é uma organização não governamental do país, que analisa e registra processos de desenvolvimento, incluindo políticas e programas de instituições internacionais e do governo de Timor-Leste, bem como facilita a comunicação entre timorenses e autoridades internacionais. Além disso, procura estabelecer vínculos de solidariedade com outros países para explorar modelos de desenvolvimento alternativos (LA'Ó HAMUTUK, 2018).

subjetividades. Além do mais, é através da língua que determinamos interações com o outro, expressamos sentimentos e afetos. Portanto, é por meio da língua que também desenvolvemos o sentido de pertença a um grupo e ou a uma comunidade.

Na perspectiva dos políticos, a questão sobre a política educativa em relação às línguas é um assunto muito discutido porque, no contexto histórico do país, o multilinguismo torna-se algo importante. Como afirma a Resolução do Parlamento Nacional, Lei nº 20/2011 de 7 de setembro,

Em Timor-Leste, pela sua intrínseca diversidade linguística e cultural, e pelas cicatrizes deixadas pela ocupação que se seguiu à proclamação da independência, a política da língua é também essencial à construção da identidade nacional, à consolidação de Estado de Direito, à afirmação do país na região e no mundo e, sobretudo, à garantia de coexistência pacífica no país (TIMOR-LESTE, 2011, p. 5123).

Vale ressaltar que ao falarmos da formação de identidade, sobretudo a identidade nacional, estamos falando da identidade no sentido de que ela traz um marco para a construção, não apenas das identidades pessoais e sociais, mas também política, histórica e cultural de construção da nação timorense. Partindo dessa visão, a prioridade no currículo nacional do Ensino Básico deve ser a questão de preservar as identidades diversas que existem no país, mantendo afinidade com a cultura local para que a educação possa refletir a importância de reconhecer os costumes, as tradições e o patrimônio cultural em que se integra o passado, o presente e o futuro (TIMOR-LESTE, 2014). Nesse sentido, há uma grande preocupação em preservar a cultura linguística para que não seja apagada futuramente. O documento *Kurrikulu Nasional Ensinu Báziku Siklu Dahuluk no Daruak* afirma que é necessário fortalecer os estudantes para

Compreender e apreciar os valores, costumes e as várias tradições de Timor-Leste, como forma importante de expressão cultural do povo.
Conhecer e apreciar a língua e os vários dialetos de Timor e como as pessoas se comunicam umas com as outras (TIMOR-LESTE, 2014, p.19).

Portanto, cabe aos líderes políticos reverem suas decisões no sentido de aprofundarem seus conhecimentos sobre o sistema curricular de forma que possam ajudar a promover um processo de ensino e aprendizagem melhorado, capaz de alcançar os principais objetivos propostos, respeitando as culturas e as identidades.

A aquisição, a preservação e ou as mudanças nesse âmbito depende do currículo escolar, mas este é um campo de relações de poder assimétricas, de tensões, conflitos e disputas políticas, partidárias e ideológicas. Nesse sentido, o pensamento político sobre a implementação das línguas no currículo do Timor-Leste é uma questão polêmica, de forma que o currículo não segue apenas uma tendência, pois influenciado por objetivos e interesses diversificados. Como afirma Moreira e Silva (1997, p. 23), “é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social”. Quer dizer, o controle do currículo é uma das formas pela qual a linguagem gera o mundo social e, por esse motivo, o aspecto ideológico-partidário deve ser considerado nas suas discussões e definições, uma vez que esse controle não é neutro, nem desinteressado.

2.2 Línguas e Literacia

Nesta seção, abordamos a questão do uso das línguas oficiais, Tétum e Português, e as línguas maternas no ensino básico do primeiro e segundo ciclos no Timor-Leste com a intenção de refletir se estas contribuem para a literacia.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2006), a alfabetização consiste num conjunto de competências e ou habilidades de leitura e escrita, relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem do código linguístico de um determinado país.

Como afirma Soares (2004), na década de 1980, simultaneamente, vários países adotaram termos que ressignificaram esses processos, tais como *literacy*, nos Estados Unidos e na Inglaterra; letramento, no Brasil; *illetterisme*, na França; literacia, em Portugal. Literacia é um termo derivado da língua inglesa, *Literacy*, que significa mais do que ler e escrever, mais do que alfabetização. Segundo Francisco (2008), ela traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, de escrita e de cálculo nas práticas sociais, no processamento da informação escrita na vida cotidiana.

O termo literacia é bastante utilizado no contexto timorense e, principalmente, no documento do Currículo Nacional do Ensino Básico do primeiro e segundo Ciclos, contudo sem conceituá-lo, apenas o utiliza. Nesse contexto, o termo é utilizado para referir-se à alfabetização e ao letramento como sinônimo, distintamente do que se compreende no contexto brasileiro. No Brasil, de acordo com a definição de Soares (2018), “alfabetização consiste no processo de aprendizagem da leitura e da escrita” enquanto letramento consiste na utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais, ainda que a pessoa não domine o código linguístico.

Para Brothers (2004), o significado do termo literacia expandiu-se com o objetivo de incluir diversos conhecimentos, competências e habilidades, para além do domínio do código linguístico (codificação e decodificação). Ou seja, como afirma Maltais (2001 *apud* GONÇALVES 2014), a literacia passou a incluir aspectos socioculturais, de maneira que os processos de ensino e aprendizagem devem levar em consideração a realidade dos alunos e as formas cotidianas de comunicação, o que pressupõe respeito às suas primeiras línguas, tendo em vista que ela é o principal meio de comunicação no ambiente familiar, anterior à escola.

Letramento, alfabetização e literacia são termos que se diferenciam entre si. Conforme Gabriel (2017), a alfabetização é um dos marcos para a participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a escrita, e é também, um dos períodos de um, dois, ou três anos durante os quais se desenvolve a fonologia,

Ou seja, os fonemas, e o conhecimento das letras e dos grafemas, com a necessária associação entre os fonemas e os grafemas que os representam. O período de alfabetização compreende ainda a construção de representações ortográficas das palavras, o que possibilitará a fluência na leitura, graças à automatização da relação entre sequências ortográficas e a imagem acústica armazenada na memória. Sem essa automatização, é impossível chegar à compreensão de textos, pois nossa memória de trabalho é limitada e se decodificarmos grafema por grafema, teremos esquecido o que lemos no início da frase quando chegarmos ao ponto final. (GABRIEL, 2017, p. 82).

Letramento é um termo utilizado para se referir a um tipo conhecimento numa área, tais como letramento digital, letramento literário, letramento científico, letramento matemático, letramento visual. Destarte, nem todo o indivíduo alfabetizado é letrado, isto significa dizer que a alfabetização não abrange todo o letramento, tendo em vista que uma pessoa pode ser alfabetizada e letrada em área científica, mas pode ser também iletrada no

conhecimento digital ou matemática. Enquanto o termo literacia é importado da leitura anglo-saxônica (*literacy*), refere-se ao conjunto das habilidades da leitura e da escrita (identificação das palavras escritas, conhecimento da ortografia das palavras, aplicação aos textos dos processos linguísticos e cognitivos de compreensão. Nesse caso a literacia é o domínio do código linguístico em nível mais aperfeiçoado. Ademais, para que haja uma aula interativa e proveitosa é preciso ter uma língua de ensino que facilite a compreensão dos alunos acerca dos conteúdos abordados. É necessário ressaltar que este é um aspecto complexo e difícil de ser trabalhado, uma vez que em Timor-Leste a maioria dos alunos no território não falam a mesma língua, todavia, qualquer proposta de unificação resultaria em apagamento da sua diversidade linguística e cultural.

Nesse contexto, o Tétum, que é a língua nacional/co-oficial, é considerado como língua franca, falado com maior frequência apenas nas zonas urbanas, enquanto nas áreas remotas, a maioria utiliza suas línguas nativas, que são as locais. Atualmente, no Timor-Leste, depois da reforma curricular em 2015 para o primeiro e segundo ciclos, a língua usada nestes níveis de escolaridade em todas as disciplinas é o Tétum, enquanto o Português é usado apenas na disciplina de Língua Portuguesa. Porém, de acordo com o Currículo Nacional do Ensino Básico,

O currículo experimenta em desenvolver as habilidades da língua em todas as componentes curriculares, não só na componente curricular específica da língua Portuguesa. Porque Timor-Leste é uma nação que usa várias línguas (multilíngue), os docentes devem usar duas línguas oficiais (Tétum e Português) e algumas línguas nacionais (línguas maternas) a fim de ajudar os estudantes a aprenderem o conteúdo de cada componente curricular e consolidar todas as línguas (TIMOR-LESTE 2014 p. 25).

Neste sentido, a escolha das línguas no processo educativo é um fator primordial no contexto sociolinguístico, que constitui um dos aspectos relevantes para o desenvolvimento da sociedade. Como vimos, a situação sociolinguística de Timor-Leste é diversificada e complexa, assim, é necessário que o conhecimento produzido e refletido na escola seja benefício para alunos e professores.

A língua é um instrumento de comunicação, ou seja, é um sistema linguístico empregado por uma determinada comunidade para a comunicação entre seus membros. A língua também é um instrumento identitário, de coesão social e cultural. Como diz a autora Antunes (1937, p. 23), “a língua é, assim, um grande ponto de encontro; de cada um de nós, com os nossos antepassados, com aqueles que, de qualquer forma, fizeram e fazem a nossa história. Nossa língua está embutida na trajetória de nossa memória coletiva”. Nessa perspectiva, a língua estabeleceu-se como um processo de construção e expressão de nossa identidade.

Nesse contexto multilíngue, as línguas nativas têm suas vantagens no sistema educativo, que é permitir a entrada dos alunos na escola, embora caiba aos governos, em função do dever político e econômico, decidir a política linguística a ser adotada. A língua também é importante na educação, na medida em que os professores a utilizam para se comunicarem com os alunos, e também como instrumento de instrução, como disciplina de estudo e de alfabetização. Segundo Antunes (1937, p. 43), a língua deve ser estudada,

Fomentando a conscientização do *grande significado da linguagem* para a construção dos sentidos de todas as coisas; concentrando-se na exploração dos *usos da língua* – em todos: nos uso informais e nos uso formais, de diferentes gêneros, de diferentes dialetos, de modo que os alunos possam partilhar o mundo da produção, da circulação e da análise da cultura, com destaque, é claro, que é a arte literária;

incentivando *toda forma de interação* – oral e escrita – como recurso de atuação competente do sujeito nas comunidades em que está inserido; estimulando o desenvolvimento de um *saber geral*, de uma competência *lexical*, pela ampliação do repertório de informações e da capacidade do usuário para criar, recriar, ressignificar e incorporar novas palavras (grifos da autora).

Mediante essa importância, a autora questiona: Como trabalhar a língua dentro e fora no contexto escolar? Para responder, a sociedade, de modo geral, deve sempre avaliar se a escola está cumprindo ou não sua função de preservação das línguas oficiais, nacionais e locais que precisam ser partilhadas na escola. Para isto, o programa da literacia do Tétum e do Português no currículo deve

Encorajar os docentes para utilizarem a língua anterior do aluno, isto é, a língua que o aluno sabe expressar logo no início, ao entrar para a escola como alicerce da língua de aprendizagem. A começar da classe 1 e continuando até a classe 6, este programa introduz os estudantes, para a língua tétum, construindo as suas habilidades e auto-confiança para falar, ler, escrever e em seguida passar para a língua portuguesa. Quando os estudantes começarem a aprender mais esta língua aprendem também as habilidades básicas da literacia na língua tétum, introduzindo a língua portuguesa oralmente. (TIMOR-LESTE, 2014, p. 39)

Com essa orientação, espera-se que os alunos, ao final do segundo ciclo, tenham um melhor desenvolvimento nas duas línguas oficiais, mas tendo sempre a sua primeira língua como auxiliar pedagógico na aprendizagem. Sendo assim, têm-se uma base sólida do ensino, na perspectiva da literacia. Como diz Alarcão *et al.* (2009), isso implica que os professores devem estar sensibilizados para a importância de uma didática do plurilinguismo, o que pressupõe uma didática integrada, baseada em três dimensões: pessoal, metodológica e sociopolítica.

Os sistemas educativos devem garantir um desenvolvimento harmonioso das competências plurilíngues dos aprendentes e os professores desempenham um papel importante na gestão curricular, uma vez que o currículo é moldado à sua medida. Conforme as palavras de Pacheco *et al.* (2009, p. 51), são os professores que “traduzem o currículo previsto nas ações e atividades concretas que desenvolvem junto aos alunos”, ou seja, cabe aos docentes adaptá-lo ao seu grupo de estudantes, contextualizando-o de acordo com as especificidades culturais da comunidade escolar envolvida.

Quanto ao planejamento curricular, a comunidade deve pensar na importância da seleção dos conteúdos e na sua forma de organização, sendo preciso considerar a relevância dos conteúdos selecionados para a vida dos alunos e para a continuidade de sua trajetória escolar, bem como a pertinência do que é abordado em face da diversidade dos estudantes, buscando a contextualização dos conteúdos e o seu tratamento flexível. Além do que, é preciso oferecer maior atenção, incentivo e apoio aos que deles demonstrarem mais necessidade, com vistas a assegurar a igualdade de acesso ao conhecimento.

Consequentemente, no que diz respeito aos níveis do primeiro e segundo Ciclos do Ensino Básico (CEB) têm sido desenvolvidos esforços que visam a melhoria nos conteúdos curriculares, nas metodologias e nos recursos a alocar, tanto humanos como materiais. Com base nas informações publicadas na página *online* do *La’o Hamutuk*, o Ministério da Educação de Timor começou a implementação do novo currículo em 2015 para o primeiro e segundo ano de escolaridade, em 2016 para o terceiro e quarto ano e em 2017 para o quinto e sexto ano. Em 2015, a formação de professores enfatizou algumas das mudanças fundamentais que ocorreram:

Usar o Tétum como primeira língua para a alfabetização (ler e escrever), no 1º e 2º ano de escolaridade, sendo o Português introduzido apenas oralmente nesses níveis. No 3º ano, as competências de literacia começam a ser transferidas para Português, de uma forma clara e sistemática, e o Português, como língua de instrução, aumenta gradualmente de forma a se atingir uma proficiência linguística no fim do 6º ano de escolaridade. Esta mudança teve por base muitos estudos sobre a aprendizagem de línguas e o sucesso escolar em geral e sobre a realidade linguística de Timor-Leste: de acordo com os Censos de 2015, 34% das crianças timorenses, quando iniciam a escola, falam Tétum como primeira língua, enquanto menos de 1% dessas crianças falam Português como primeira língua.

Portanto, é relevante a implementação de um currículo que respeite as diferenças linguísticas e culturais das comunidades e dos estudantes. Esse progresso não deve ser interrompido, mas continuado de forma a ajudar na formação da identidade dos alunos.

3 SITUANDO A PESQUISA

3.1 Metodologia

Adotamos a metodologia de estudo de caso, procurando apresentar, descrever e interpretar dados referentes às questões relacionadas às línguas preconizadas no currículo de Ensino Básico do Timor-Leste. Segundo Gil (1991), o estudo de caso permite o estabelecimento de bases para uma investigação posterior mais sistêmica e precisa. Neste sentido, Severino (2007, p. 121) afirma que “o caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferência”.

Os autores salientam que o estudo de caso permite a investigação de uma situação de um determinado espaço que possibilita a compreensão destes. Assim, consideramos o uso das línguas no currículo de Timor-Leste como um caso que precisamos investigar porque assumem o papel fundamental na formação das identidades.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário (anexo 1), enviado por meio da correspondência eletrônica para que uma pessoa do Timor-Leste pudesse aplicá-los e nos devolver. O questionário visava obter informações acerca do ponto de vista dos profissionais atuantes em sala de aula e verificar seus posicionamentos sobre as línguas utilizadas para o ensino, como determina o Currículo. Com a mesma intenção, elaboramos, também um questionário (anexo 2) para o diretor da escola com algumas outras indagações acerca do tema em estudo.

O questionário, de acordo com Gil (1999, p.128), é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”. Entendemos que diante dos objetivos propostos nesta investigação, esse seria um instrumento adequado a ser utilizado no processo de coleta de dados.

O questionário foi aplicado em meados do mês de setembro do corrente ano a quatro professores que lecionam numa escola pública do ensino básico do primeiro e segundo ciclos e ao diretor da referida escola. Em Lautém o Tétum (Língua oficial) e o Fataluco (língua nativa) são as suas principais línguas. A elaboração do questionário baseou-se no contexto da realidade deste local, em que a questão das línguas do ensino toma uma complexidade ainda

maior, considerando que é um dos municípios em que muitas pessoas não falam nem Tétum nem Português.

Organizamos o questionário em duas partes com questões abertas e fechadas. Na primeira parte, são pedidas informações gerais relativa à idade, sexo, ciclo que leciona, tempo de trabalho e formação em estudo, com o intuito de recolher os dados pessoais, tanto dos professores quanto do diretor. Na segunda parte, os professores são questionados quanto ao seu entendimento sobre as concepções da literacia/alfabetização; o conhecimento a respeito dos decretos que falam sobre o currículo; a ideia de tornar o Tétum e o Português como língua de ensino e também sobre o ensino com as línguas nativas. Quanto ao questionário elaborado para o diretor, ele contém perguntas similares ao dos professores, relacionadas as línguas utilizadas pelos professores em sala de aula, e também sobre o ensino com a língua nativa. Além disso, questionamos sobre a participação dos professores no curso da formação da língua portuguesa.

As perguntas foram elaboradas nas duas línguas oficiais (Tétum e Português) e apresentam uma estrutura simples, clara e objetiva de forma que permite fácil interpretação por parte dos inqueridos. Conforme mencionado anteriormente, o questionário foi aplicado por uma pessoa a nosso pedido, que no momento da aplicação apenas entregou o instrumento sem oferecer maiores esclarecimentos. Ao analisar os dados, percebemos que algumas das respostas apresentam lacunas, que provavelmente pode ter ocorrido devido à falta de compreensão por parte de quem respondeu, no entanto, os dados obtidos são suficientes e atendem aos objetivos propostos. Esclarecemos ainda, que a tradução utilizada na parte de análise de dados é uma tradução livre, que parte da inferência e da compreensão da pesquisadora acerca das respostas dadas obtidas.

3.2 Campo empírico

A pesquisa foi desenvolvida numa escola pública do município de Lautém, localizado em Timor-Leste que é uma pequena ilha com cerca de 15.000 km², que faz fronteira terrestre com a Indonésia e demarcação marítima com a Austrália. O país conquistou sua independência em 2002 após os quatrocentos e cinquenta anos da colonização portuguesa e vinte e quatro anos da guerra civil contra os indonésios⁵. Portanto, é considerado como um dos países mais jovens do mundo. Atualmente, o país tem como capital Díli e está dividido em 13 municípios e 65 subdistritos. Possui 1.268.671 habitantes. Segundo o cenário atual do VIII Governo Constitucional, o crescimento anual da população apresenta 2,37% (Taxa de natalidade) e cerca de 51,24% são os habitantes com a faixa etária menor que 20 anos.

Em relação ao clima, o país apresenta um clima tropical úmido. Suas temperaturas na costa Norte ocorrem aos trinta e cinco graus, e pode até ser mais alta em outubro e novembro. Nas zonas de média elevação, durante o dia, a temperatura média é de trinta graus, reduzindo, por vezes, até aos vinte graus à noite. Nas montanhas a temperatura pode ser boa durante o dia, porém no geral é muito baixa, sobretudo à noite. Basicamente existem duas estações do ano: a das chuvas que ocorre a partir no mês de novembro a maio e a das secas que ocorre a partir de junho a outubro.

⁵ A colonização portuguesa ocorreu de 1512 a 1975 quando foi proclamada a independência porém nove dias após o país foi invadido pela Indonésia que dominou durante 1975 a 1999 quando ocorreu uma consulta popular vencendo a opção pela independência com o total de 78, 5% dos votos. De 1999 a 2002 o país esteve sobre a intervenção da União das Nações Unidas (ONU) teve sua independência reconhecida em 20 de maio de 2002. (MONTEIRO, 2017).

Sobre a economia do país, uma parte significativa da população vive da agricultura, sendo que o país possui uma economia principalmente pautada nos recursos naturais, mostrando uma quantidade relevante de petróleo e de gás natural. Como esclarece o Estudo do Mercado Timor-Leste (2013), as atividades econômicas estabilizam-se em três setores: agricultura, turismo e indústria petrolífera. Ao mostrar esses setores, o governo planeja garantir que o capital de recursos naturais do Timor-Leste seja desfrutado para construir a Nação. Na atualidade, o país não apresenta infraestrutura, movimento de auxílio e recursos humanos para fazer funcionar e controlar o setor petrolífero, o que ocasiona baixas oportunidades de desenvolvimento para o país e para os timorenses. Conforme Estudo do Mercado Timor-Leste (2013, p. 20), o país “está totalmente empenhado em que os rendimentos, provenientes dos seus recursos petrolíferos sejam plenamente transparentes, para que todos possam ver retorno financeiro, movimentação de fundos públicos e retorno de investimento de fundo petrolífero”. Nesta perspectiva, o país garantiria a melhor retribuição dos fundos. Além disso, o país exporta café, produzido pela maioria da população.

A respeito da violência, o país apresenta elevado índice, principalmente relativa a gênero e Grupos de Artes Marciais (GAM). Nos últimos anos, o Estado timorense tem combatido este problema porque esta situação afeta várias zonas da capital Díli, e outras cidades. Segundo a informação publicada no “Diário de Notícias”, a violência doméstica ou de gênero, mata mais mulheres do que conflitos armados e, por isso, “deveria ter mais atenção dos legisladores, governantes e da comunidade internacional”. Ainda sobre a notícia, “14% de todas as mulheres entre os 15 e 49 anos reportam ter sido violadas” e o país tem a segunda maior taxa de abuso infantil da região. De modo geral, Díli continua a ser o local onde se registram mais incidentes violentos, entre 2014 e 2016 ocorreram mais de mil incidentes violentos, cerca de um terço do total dos que ocorreram no país.

Em Timor, a educação está em desenvolvimento comparado com os últimos anos. Durante a colonização dos portugueses e a invasão da Indonésia, o acesso à educação era inexistente para os timorenses, pois era elitizada e a maioria das escolas era liderada por missionários portugueses. O Estado era atenuado em promover educação. Com a invasão Indonésia, o país passou por um momento de repressão, tendo que omitir sua cultura e suas línguas, mas investiu em educação, visando a obrigatoriedade da criança na escola. A educação como prioridade no governo de Suharto, teve como intuito a expansão de escolas para que se permitisse um acesso universal, mas, em contraposição, os Indonésios também estariam impondo a sua cultura.

É preciso compreender o período de Independência no ano de 2002, para entender quando surge a preocupação com a educação, pois, anteriormente, os Timorenses foram afetados de forma negativa em todos os setores, incluindo o sistema de ensino (SILVA, 2007). A partir do período da independência, tem havido uma grande preocupação do governo com esse desenvolvimento. Assim, segundo o Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE, 2011-2030),

Os desafios de mudar de um currículo indonésio ensinado em língua indonésia para um currículo mais apropriado à nova nação de Timor-Leste foram enormes. Não apenas o conteúdo, mas também a abordagem de ensino e a língua de instrução precisam de ser alterados. Até 2008, foi desenvolvido um currículo para os primeiros seis anos de Ensino Básico, incidindo em conhecimentos e competências relevantes, o qual estava a ser progressivamente implementado. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 39).

Com o decorrer do tempo e com as mudanças ocorridas no momento, a partir da independência, o desenvolvimento do ensino nos leva a pensar sobre como melhorar o currículo. Olhando para esta situação, podemos pensar e refletir acerca dos indivíduos que a

instituição escolar recebe e de que modo o ensino é operacionalizado na escola. Para ter uma visão melhor, o documento do currículo nacional do ensino básico do primeiro e segundo ciclos de Timor-Leste, atualmente, estabelece que a atividade de ensino e aprendizagem se centraliza na realidade local timorense, considerando que o ensino é fundamentado na experiência da criança. Dessa forma, o ensino pode levar a uma transformação na formação das identidades dos timorenses, gerando novas perspectivas e possibilidades de convivência, de sobrevivência, de visão de mundo e de inserção no mundo do trabalho.

Segundo relato dos participantes da pesquisa, a Escola Lautém,⁶ em análise, apresenta o número total de sete salas, sete banheiros, mas apenas um em funcionamento, não há biblioteca, não possui estantes para livros; a cozinha está funcionando temporariamente, pois ela não funciona de acordo com a higienização adequada. A condição da escola é precária. Atende a trezentas crianças, sendo vinte cinco do primeiro ano; trinta do segundo; trinta quatro do terceiro; sessenta e dois do quarto. No segundo ciclo atende a cinquenta e nove do quinto e noventa do sexto. Quanto ao número dos professores são dez.

3.3 Sujeitos da pesquisa

Os participantes nesta pesquisa são quatro professores e o diretor que atuam na escola Lautém, que serão identificados conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Perfil dos participantes da pesquisa.

PARTICIPANTES	IDADE	SEXO	CICLO	TEMPO DE TRABALHO	FORMAÇÃO
Professora 1	40	Feminino	1º ano	Entre 10-15 anos	Licenciatura
Professora 2	45	Feminino	2º ano	Entre 05-10 anos	Bacharelato
Professora 3	33	Feminino	5º ano	Entre 10-15 anos	Licenciatura
Professor 4	54	Masculino	6º ano	Entre 15-20 anos	Bacharelato
Diretor	-	Masculino	-	Entre 10-15 anos	Licenciatura

Fonte: A autora, a partir dos questionários

Dentre os cinco participantes, três são do sexo feminino e dois do sexo masculino; têm idades entre 33 a 54 anos; possuem o grau acadêmico de Bacharelato e de Licenciatura. Quanto ao tempo de serviço, varia entre 5 a 20 anos de atuação.

4 LÍNGUAS E LITERACIA NA PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS

Apresentaremos a seguir os resultados obtidos através de questionários, enfatizando aspectos relevantes relacionados às respostas dos professores e do diretor. Para tanto, organizamos os dados através de quadros que permitem uma visão geral e sistemática das respostas.

Questionamos aos participantes sobre o conhecimento deles a respeito dos Decretos-Leis nº 04/2015 e 04/2018 que regulamentam o currículo. Verificamos que todos conhecem

⁶ A escola será identificada com este nome para preservar o sigilo do nome verdadeiro

os referidos documentos. Na sequência, questionamos os professores acerca das concepções de literacia e alfabetização, conforme podemos constatar no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Concepções de alfabetização e literacia

PARTICIPANTES	CONCEPÇÕES	
	TÉTUM	PORTUGUÊS
Professora 1	Ha`u hatene kona-bá literasia/alfabetizasaun nuudar matadalan ba fraze sira atu hanorin sira bele hatene lee no hakerek.	Literacia/alfabetização é o processo para ensinar as crianças a saber ler e escrever.
Professora 2	Alfabetização nuudar matadalan ba labarik sira atu hodi bele hatene lee no hakerek no aprende buat barak.	Alfabetização é o processo para ensinar as crianças a saber ler e escrever e adquirir mais outros conhecimentos.
Professora 3	Ami hatene kona-bá alfabetizasaun mak nuudar matadalan ba labarik sira hodi nune`e nia bele hatene lee no mós hakerek.	Alfabetização é o processo para que as crianças possam saber ler e escrever.
Professor 4	Literasia/alfabetizasaun hanesan maneira ida hodi hanorin labarik sira hatene lee no hakerek.	Literacia/alfabetização processo para ensinar as crianças a saber ler e escrever.

Fonte: A autora, a partir dos questionários

O termo alfabetização em Timor-Leste, também é bastante utilizado para educação jovens e adultos, fator decorrente do percurso histórico do partido Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), o qual lançou, entre 1974-1975, uma campanha de alfabetização como forma de fortalecimento da independência do país. As respostas a essa primeira pergunta não fazem distinção entre os dois termos, todavia como assevera Paulo Freire,

Possuir a literacia significa saber algo mais do que psicologicamente e mecanicamente apenas dominar as técnicas da leitura e escrita. A literacia é quando as pessoas dominam essas técnicas com consciência; para compreender o que está a ler e escrever o que compreende: Isto significa comunicar graficamente. Possuir a literacia não significa memorizar as frases, palavras ou sílabas – os objetos inanimados que não estão ligados ao universo existencial – mas as atitudes de criação e recriação, é uma intervenção que causa a transformação para si próprio e para o seu contexto (Freire, 1974 *apud* TIMOR-LESTE, 2014, p. 14).

O documento *Kurrikulu Nasionál Ensinu Báziku Siklu Dahuluk no Daruak* não faz distinção entre os termos e nem conceitua o termo literacia, apenas utiliza esta epígrafe de Paulo Freire, mas não discute a respeito. Esta é uma lacuna que gera confusão na concepção do termo. Diferentemente do que se concebe sobre o assunto no contexto brasileiro, no qual se utilizam os termos alfabetização e letramento, cujos conceitos são entendidos por Soares (2004) da seguinte forma: a alfabetização consiste no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Já o letramento significa o desenvolvimento do uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais. Assim, é necessário que os técnicos elaboradores dos documentos curriculares revejam esta lacuna de concepção para que não haja confusão e haja maior profundidade teórico-metodológica acerca desses processos.

Quanto à percepção dos professores acerca de tornar o Tétum e o Português línguas de ensino, as respostas apresentadas no Quadro 3 são todas afirmações de que as duas línguas se tornaram de ensino devido a terem estatuto de oficiais no país, ou seja, a única justificativa é de que o fato está na lei.

Quadro 3: Opinião dos participantes sobre Tétum e Português como língua de ensino

PARTICIPANTES	TÉTUM E PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ENSINO	
	TÉTUM	PORTUGUÊS
Professora 1	Ha'u hatene katak Lian Tetun no Lian Portugés tanba Lian Tetun no Lian Portugés nuudar lian ofisial nasional Timor-Leste.	Consideramos o português e o Tétum como línguas de ensino porque são as línguas oficiais do país.
Professora 2	Ami hodi hanorin literasia portugés no literasia tetun tanba nuudar lian oficial Timor-Leste.	Utilizamos as duas línguas no processo de ensino porque são as línguas oficiais do Timor-Leste.
Professora 3	Ami uza Lian Portugés no Lian Tetun sai nuudar lian hanorin tanba Lian Portugés no Lian Tetun sai nuudar lian ofisial ba ita nia nasaun Timor-Leste.	Utilizamos língua portuguesa e língua tétum como línguas de ensino porque são as línguas oficiais do Timor-Leste.
Professor 4	Ha'u hanoin hanorin Lian Portugés di'ak liu tanba linguazen kada disiplina ne'e difisil, ita uza Lian Tetun bele maibé linguazen kada disiplina sei uza portugés mak barak.	Utilizar a língua portuguesa no ensino é melhor, uma vez que as linguagens usadas em diversas áreas ou disciplinas são difíceis.

Fonte: A autora, a partir dos questionários

Esse tipo de resposta sugere que não há uma reflexão por parte desses professores sobre a viabilidade ou não do uso destas como línguas de instrução. Levando em consideração essas respostas, podemos justificar que as duas línguas são utilizadas pelo fato de que isto encontra-se previsto na Lei de Base da Educação (14/2008), em seu Art. 8º, frisando o fato de que o Tétum recebe o estatuto de língua oficial porque é um elemento identitário dos timorenses. Sobre a oficialização do Português, Cavalcante afirma que

a Língua Portuguesa em Timor-Leste não recebeu o estatuto de língua oficial apenas pelo fato de o país ter sido colônia de Portugal, mas sim pelo importante papel que essa língua exerceu no período de domínio indonésio ao contribuir para o processo de libertação e que, certamente, contribuirá para a inserção do país no contexto mundial. (CAVALCANTE, 2013, p. 42).

Durante o domínio indonésio foi proibido o português, estabelecendo-se a obrigatoriedade da língua indonésia. Todavia, a população resistiu a uso desta língua e o português serviu para facilitar a comunicação entre aqueles que lutaram contra tal domínio. Nesse sentido, as duas línguas oficiais tomam um valor importante na sociedade timorense, uma vez que são línguas de ensino e também marcas identitárias desse país. Assim, como diz Costa:

O povo timorense através dos seus legítimos representantes, escolheu o tétum e o português como suas línguas oficiais. A *escolha da língua portuguesa* contabiliza: um *peso simbólico* (por ser língua da resistência à invasão indonésia, língua usada para dar informações ao mundo sobre a luta e o efeito da invasão), um aspecto *identitário* (o do seu passado sem grandes imposições, sem grande impacto), um

aspecto efetivo (ligação ao catolicismo, igreja que em conflitos de guerra – segunda guerra mundial, invasão indonésia – nunca abandonou o povo) e aspecto geoestratégico (Timor confinado à Indonésia e à Austrália). A *escolha da língua tétum* constitui, por um lado, uma ousada afirmação da identidade de um povo, mas, por outro, a assunção do compromisso de defesa, desenvolvimento e promoção de uma língua em situação altamente desfavorecida. (COSTA, 2012, p. 215-216) (grifos do autor).

Como podemos observar, são vários fatores que justificam a sua oficialização e realçam a ousadia do país com a decisão de escolher duas línguas oficiais. O autor lembra que, para elas se estabelecerem como oficiais, não basta que fiquem determinadas na lei; mas devem ser eficazes em atender as demandas de comunicação da sociedade. Devem ser também, veículos de informação da ciência e da técnica. É importante ressaltar que essa postura já prever a preservação de uma das línguas nativas, que é o Tétum, mas que nem todas as comunidades a têm como primeira língua.

Quanto a opinião dos participantes acerca da adoção de outras línguas e ou dialetos nativos na instrução, temos as seguintes respostas:

Quadro 4: Opinião dos participantes sobre ensino com a língua nativa

PARTICIPANTES	SOBRE ENSINO COM A LÍNGUA NATIVA	
	TÉTUM	PORTUGUÊS
Professora 1	Importante mós tanba bainhira sira la kompriende Lian Tetun no Portugés ita bele esplika ho lian materna. Sin, tanba bainhira sira la kompriende Lian Tetun no Portugés ita bele uza lian materna atu sira bele kompriende liu tan.	Consideramos importante o uso da língua materna em sala de aula, caso os alunos tenham dificuldade de compreender o conteúdo dado em duas línguas oficiais, podemos utilizar a primeira língua para explicar, assim, facilita a compreensão dos educandos.
Professora 2	Ami konsidera hanorin uza lian materna ne'e importante tanba liu husi lian materna ba labarik sira hatene no kompriende. Lae, ami uza Lian Portugés no Lian Tetun iha prosesu aprendizajen. Kuandu labarik sira difísil atu kompriende, entaun ami uza lian materna para labarik sira fasil atu kompriende.	No processo do ensino e aprendizagem utilizamos as duas línguas oficiais (Tétum e Português), caso fica difícil para os alunos entenderem os assuntos, utilizamos a língua materna para que os mesmos adquirem melhor o conteúdo.
Professora 3	Ami uza lian materna hodi hanorin labarik sira importante tebes tanba fasil atu kompriende lalais. Lae, durante aprendizajen ami uza Lian Portugés no Lian Tetun, maibé labarik sira nafatin la kompriende entaun ami uza lian materna hodi nune'e labarik sira fasil atu koñese.	Em todo o processo de ensino e aprendizagem utilizamos as duas línguas oficiais, mesmo assim, os alunos ainda mostram as dificuldade de compreender o conteúdo. Para tanto, utilizamos a língua materna para explicar, de modo que auxilia no entendimento deles.
Professor 4	Lae, ha'u la konsidera uza lian materna, no la importante. Bainhira labarik sira la kompriende liafuan ruma mak ami hodi lian materna hodi explika. Ha'u la konsidera, no la fõ susesu ba alunu sira.	Não julgamos importante em utilizar a língua materna porque não é um fator que potência o sucesso dos alunos. Caso, os alunos não entendem em algumas palavras, utilizamos a língua nativa para explicar.

Fonte: A autora, a partir dos questionários

De acordo com as respostas, três professoras consideram significativa o ensino com a língua nativa, uma vez que, frequentemente os conteúdos ensinados nas duas línguas oficiais, necessitam ser reprisados com auxílio das línguas destas para facilitar a compreensão dos alunos. Diferentemente, a opinião do professor nega a importância do uso da língua nativa em sala de aula, afirmando que: “não julgamos importante utilizar a língua materna porque não é um fator que potência o sucesso dos alunos. Caso os alunos não entendem em algumas palavras, utilizamos a língua nativa para explicar”. Portanto, ele próprio conclui por reconhecer sua importância e admite que a utiliza.

O Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE) 2011- 2030 considera que,

Em algumas zonas do país as crianças não têm um contato diário com o Tétum, nem com Português, quando iniciam seu processo de escolaridade. Esta situação poderá levar a alguns problemas de aprendizagem se não for usada uma metodologia de ensino destas línguas como línguas não maternas, em que o professor utilize a língua materna como ponte para as línguas oficiais de acesso ao conhecimento. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 132).

Conforme os dados desta pesquisa, a maioria das crianças apresentam dificuldades para compreender os conteúdos, sendo assim, é importante levar em conta a primeira língua destas crianças, como destaca o Decreto Lei nº 04/2015, em seu artigo 11º alínea 2.

Em relação à formação de Língua Portuguesa que é um curso que prepara os educadores timorenses para o ensino da língua, questionamos ao Diretor se houve a participação dos professores. Segundo seu relato todos participam. Verificamos que essa formação procura assegurar a melhoria do desenvolvimento e da qualidade do ensino, uma vez atender às demandas postas pelo multilinguismo é excessivamente complexo e desafiador, exigindo formação específica e profunda. Conforme o Plano Estratégico Nacional da Educação (PENE 2011- 2030),

Muitos professores e diretores expressam a sua preocupação relativamente à falta de competência dos professores no uso das línguas oficiais de instrução e, conseqüentemente a dificuldade que sentem em promover a aquisição linguística dos alunos e a aprendizagem noutras áreas do currículo. (TIMOR-LESTE, 2011, p. 40).

Em face da realidade, julgamos pertinente a formação dos profissionais, dado que no contexto histórico, há uma diferença de formação de professores que atuam nas escolas. São três etapas de formação: tem educadores que foram formados no período de colonização portuguesa de 1512-1975; os que foram formados no período de domínio dos indonésios de 1975-1999 e os que têm sido formados após a independência, a partir de 2002.

Desta forma, os cursos de formação tanto do português, quanto do Tétum são relevantes, tendo em conta que alguns dos educadores ainda não dominam essas línguas, seja no domínio oral ou escrito. Mesmo para o Tétum, os professores apresentam pouco domínio escrito, uma vez que o país tem uma forte tradição oral. Portanto, a questão da competência linguística ainda é complicada mesmo para os docentes. Sobre as línguas utilizadas pelos professores em sala de aula, o Diretor afirmou que a maior parte utiliza o Tétum, devido ao fato de que a programação dos conteúdos escolares está apresentada nesta Língua. Esta também é utilizada no planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo geral deste trabalho, que foi analisar a importância das línguas e da literacia para a formação das identidades dos educandos de Timor-Leste, tomando como referência o Currículo Nacional do Ensino Básico, primeiro e segundo Ciclos, e as percepções de profissionais da educação desse nível de ensino, concluímos que, no contexto atual de Timor-Leste, as línguas de ensino têm sido um desafio para o sistema educacional timorense e para os seus profissionais. Isto ocorre porque a história desta nação passou por vários conflitos, inclusive armados, que a impediu de investir mais consistentemente na educação e em outros setores importantes ao desenvolvimento da sociedade. Mediante essa realidade a definição de uma política linguística educativa é, simplesmente, uma questão polêmica, porém extremamente necessária.

Baseado na Lei nº 13 da Constituição e na Lei de Base da Educação, as línguas oficiais do Timor-Leste são Tétum e Português, que devem ser adotadas como línguas de ensino para o sistema educativo timorense. Dado a estas oficializações, no Currículo Nacional de Ensino Básico do primeiro e segundo Ciclos segue a instrução proposta e será implementado de forma a garantir, através de uma progressão linguística do Tétum ao Português que, ao final do segundo ciclo, os alunos possuam uma sólida base de literacia das duas línguas oficiais.

O atual currículo também leva em conta as variantes linguísticas, considerando tratar-se de um país multilíngue. Assim, o uso da primeira língua dos alunos, que pode ser uma das 15 outras línguas praticadas no país, também é legitimado como instrumento de acesso afetivo ao conteúdo curricular nas diferentes áreas de conhecimento, quando isto se fizer necessário, ou seja, em comunidades em que os alunos não falem as línguas oficiais.

De acordo com os dados obtidos, podemos verificar, o quanto essa variedade é importante nos processos de ensino e aprendizagem, bem como na formação das identidades dos estudantes e da identidade nacional, uma vez que as línguas são construções associadas à cultura das sociedades. As línguas assumem um papel importante na formação das identidades, mais do que isto, em Timor-Leste, a preservação das línguas nativas está associada à uma história de resistência contra o colonizador/dominador que durante séculos atuou no país, para impor as suas línguas.

Essa ação fez parte dos processos de aculturação em diversas nações colonizadas, como no Brasil, onde as línguas nativas foram praticamente apagadas. Portanto, em Timor-Leste, essa preservação é também expressão de uma história de resistência a esse aculturação. Este fato é comprovado também com a prevalência do Tétum (nativa) sobre o Português, enquanto língua oficial.

Todavia, os relatos dos profissionais da educação que trabalham na Escola Lautém, campo da pesquisa empírica, permitiu-nos inferir que há uma enorme necessidade de investimento na formação dos professores e demais profissionais das escolas e das redes de ensino, no sentido de garantir que os processos de ensino e aprendizagem possam, para além da alfabetização, alcançar a literacia, ou seja, a apropriação da/s língua/as com alto nível de competência linguística, tanto em termos de oralidade, quanto de escrita e dos seus usos nas diferentes práticas sociais das comunidades. É possível inferir, também, que essa literacia depende do esforço conjunto das autoridades que decidem as políticas educacionais, os profissionais que implementam essas políticas e as comunidades que devem dar suporte a essa implementação. Trata-se de um processo complexo, desafiador, difícil, porém necessário e possível.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Milton José de. A língua: uma produção social. In GERALDI, João Wanderley (Org). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011; p, 14, 22.

ALARCÃO ET AL. (2009). **De la didactique de la language à la didactique des langues: observation d'un parcours épistémologique**. Les Cahiers de l'Acedle, 6(1), 3-36. Disponível em: http://acedle.org/IMG/pgf/Alarcao_etal-Cahiers-Acedle_6-1.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

ANTUNES, Irandé. 1937, **Língua, texto e ensino: outra escola possível/** Irandé Antunes. – São Paulo: Parábola Editorial, 2009. (Estratégia de ensino; 10).

BROTHERS, Deborah (2004). *Learning Above the Page: Reading and Writing Literacy Narratives in a Children's Literature Classroom*. Dissertation Abstracts International, 66 (04), 1337A.

CAVALCANTE, Márcia V. **Ensino da língua portuguesa para professores da pré-escola: uma experiência em Timor-Leste**. São Paulo 2013. p. 42.

COSTA, Luís. A língua. Fator de Identidade Nacional leste_timorense. In: Bastos, Neusa B (org.) **Aspectos linguísticos, culturais e identitários**, São Paulo: PUC-SP, 2012. p. 215-216.

Estudo de mercado Timor-Leste. Timor-Leste, 2013, p. 20. Disponível em: <https://www.ceso.pt/pdfs/Timor.pdf>. Acesso em: 23 de Setembro de 2019.

FRANCISCO, Rita. **Literacia**. Coimbra, 2008, p. 2. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008028.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2019.

GABRIEL, Rosângela. **LETRAMENTO, ALFABETIZAÇÃO E LITERACIA: UM OLHAR A PARTIR DA CIÊNCIA DA LEITURA**. Revista Práxis - Universidade Feevale (Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil), 2017, p. 82-83. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1277>. Acesso em: 20 de Novembro, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 128.

GONÇALVE, M (2008). Diversidade cultural e linguística em Portugal no dobrar do milênio: problemas e perspectivas. In: A kalewska (dir.), **Livro de Atas da Conferência "Diálogo com a Lusofonia"**. Colóquio comemorativo dos 30 anos da secção Portuguesa do Instituto de Estudos Ibero-americano da Universidade de Varsóvia, 10 e 11 de dezembro de 2017 (p. 194). Varsóvia: Universidade de Varsóvia, Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia.

GONÇALVES, Cristina Maria de Almeida. **As Competências Literárias no Ensino Básico. Aprendizagens (Im)perfeitas em Escrita e Leitura.** Covilhã, Março de 2014, p. 12.

HALL, Stuart. A identidade em questão. In HALL, Stuart (Org). **Identidade Culturais na Pós-Modernidade.** Disponível em: <<www.angelfire.com/sk/holgonsi/hall1.htm>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

MONTEIRO, José Manuel Sequeira. **O português em Timor-Leste: presença das línguas nas salas de aula de escolas do 1º e 2º ciclos de Díli, Lautém, Manatuto e Bobonaro.** Universidade Aberta, 2017.

O CURRÍCULO NACIONAL PARA O PRÉ-ESCOLAR E PARA O 1º E 2º CICLOS DO ENSINO BÁSICO. Publicada e 16 de fevereiro de 2018. Atualizada 20 Outubro 2018. Disponível em: <<<https://www.laohamutuk.org/educ/18CurriculumPt.htm>>>. Acesso em: 8 de agosto de 2019.

PACHECO, ATAL. (2009). **Plano curricular do 3º ciclo do ensino básico e estratégia de implementação.** Braga: Universidade do Minho.

Programa do VIII Governo Constitucional. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/?cat=39#prog1.1>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquin. Capítulo III. Teoria e prática científica: estudo de caso. In: SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do trabalho científico.** 23º ed. rev, e atual,- São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Suzi Alves da. 3º ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. In: HERMIDA, Jorge Fernando(Org.). **Educação Infantil: políticas e fundamentos: especial para a República Democrática de Timor-Leste.** 3º ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 49-63.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos** / Magda Soares. – 1. Ed., 2º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018. p. 22 e 27.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Universidade Federal de Minas gerais, centro de alfabetização, leitura e escrita. 2004, p. 6.

TIMOR-LESTE. **Processo Educativo na Educação Pré-Escolar e no 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico.** Díli: ME, junho, 2018, p. 13.

TIMOR-LESTE. Ministério da Educação de Timor-leste. **Currículo Nacional do Ensino Básico do Primeiro e Segundo ciclo.** Díli: ME, 2014.

_____. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste.** Díli. 2002.

_____. PARLAMENTO NACIONAL: RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 20/2011 de 7 de Setembro. **Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de Uma Identidade Própria e Original no Mundo**. Díli. 2011, p. 5123.

_____. Ministério da Educação. **Plano estratégico nacional da educação 2011-2030**. Vila Verde/Díli. 2011.

_____. Ministério de Educação de Timor-Leste. **Lei nº 14**, de 29 de outubro de 2018. Estabelece bases para a educação nacional. Díli: ME, 2008.

UNESCO (2003). *Literacy as Freedom*. Paris: UN.

Violência género e grupos artes marciais são preocupações em Timor-Leste – estudo.

Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/violencia-genero-e-grupos-artes-marciais-sao-preocupacoes-em-timor-leste---estudo-8839573.html>.

Acesso em: 20 de Outubro de 2019.

ANEXOS - QUESTIONÁRIOS DE PESQUISA

Objetivo: Coletar dados para a pesquisa intitulada “Línguas e literacia no currículo e na formação de identidades no ensino básico do Timor-Leste”, desenvolvida por Juliana Soares na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com orientação da professora Francisca Pereira Salvino.

Anexo 1 – questionário para os professores

1. Identificação do participante

- a) Idade/Tinan: _____
- b) Sexo: Feminino/Feto () Masculino/Mane ()
- c) Ciclo que ensina/ Siklu/klase ne’ebé hanorin: _____
- d) Há quanto tempo é professor no 1º e 2º ciclo do Ensino Básico?/ Tinan hira ita nudar manorin iha Ensinu Báziku ba siklu dahuluk no daruak?

- Menos de 5 anos/ Menus husi tinan 5 ()
- Entre 5 e 10 anos/ Husi tinan 5 ba 10 ()
- Entre 10 e 15 anos/ Husi tinan 10 ba 15 ()
- Entre 15 e 20 anos/ Husi tinan 15 ba 20 ()
- Mais de 20 anos/ Liu tinan 20 ()

- e) Formação/Ita iha formasaun:

Secundário		Mestrado	
Bacharelato		Doutorado	
Licenciatura			

2. O currículo da escola

- a) O que você entende por literacia/alfabetização?/ Saida mak ita hatene kona-ba literasia/alfabetizasaun?
- b) Você conhece os decretos que falam sobre o currículo?/ Ita koñese dekretu sira ne’ebé ko’alia kona-ba kurríkulu?
- Sim/Sin () Não/Lae () ouvir falar/Rona ema ko’alia ()
- c) Qual a sua opinião sobre tornar o Português e o Tétum como línguas de ensino? Por quê?/ Oinsá ita nia hanoin kona-ba Lian Portugés no Lian Tetun sai nudar lian hodi hanorin? Tanba sá?
- d) Você acredita ser necessário e importante a instrução com a língua nativa? Por quê?/ Ita konsidera hanorin uza lian materna ne’e importante? Tanba sá?

Anexo 2 - Questionário para o diretor

a) Há quanto tempo trabalha como diretor? Tinan hira ita servisu hanesan diretor?

Menos de 5 anos/ Menus husi tinan 5 ()

Entre 5 e 10 anos/ Husi tinan 5 ba 10 ()

Mais de 10 anos/ Liu husi tinan 10 ()

b) Formação/Ita iha formasaun:

Secundário		Mestrado	
Bacharelato		Doutorado	
Licenciatura			

c) Você conhece os decretos que falam sobre o currículo?/ Ita koñese dekretu sira ne'ebé ko'alia kona-ba kurríkulu?

Sim/Sin () Não/Lae () ouvir falar/Rona ema ko'alia ()

d) Todos os professores do 1º e 2º ciclo participam em formação da língua portuguesa?/ Manorin sira iha siklu dahuluk no daruak partisipa kona-ba formasaun ba Lian Portugés?

e) Como é a sua observação sobre as línguas utilizadas pelos professores em sala de aula? Oinsá ita nia observaun ba lian ne'ebé uza husi manorin sira iha sala laran?

f) Considera que o ensino da língua nativa como língua de instrução é um elemento que fomenta o sucesso dos alunos na aprendizagem?/ Ita konsidera hanorin uza lian materna iha prosesu aprendizajen sai hanesan fator ida hodi fó susesu ba alunu sira?